

19/5/17

EMP 18

PROJETO DE LEI Nº 9.206 , DE 2017

(Dos Srs. NILSON LEITÃO e ZÉ SILVA)

Institui o Programa de Regularização Tributária Rural junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº

Dê-se ao Art. 18 do Projeto de Lei Nº 9.206, de 2017 a seguinte redação:

“Art. 18

.....

Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a repactuar as dívidas dos empreendimentos familiares rurais, agroindustriais familiares e cooperativas de produção agropecuária, amparadas em Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) nas modalidades pessoa física ou jurídica, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), contratadas até 31 de dezembro de 2016, observadas as seguintes condições:

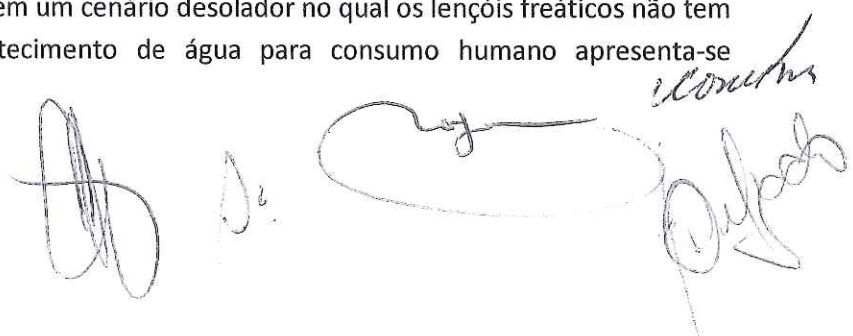
.....

Parágrafo Único: A repactuação de que trata o *caput* deste artigo também alcança operações contratadas com recursos oriundos do FNE ou do FNO, ou com recursos mistos desses fundos com outras fontes, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da SUDENE ou da Sudam, e com recursos para investimentos de fonte destinada ao crédito rural sujeitos à subvenção da União, repassados pelo Banco de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sob a forma de equalização de encargos financeiros, para os Estados do Espírito Santo e de Minas Gerais.

.....(NR)”

JUSTIFICAÇÃO

O Estado do Espírito Santo tem sofrido com a maior seca registrada nos últimos 60 anos. A crise hídrica está prejudicando tanto os produtores rurais quanto os moradores dos centros urbanos, em um cenário desolador no qual os lençóis freáticos não tem mais carga e a crise de abastecimento de água para consumo humano apresenta-se severíssima.



Por esta razão, a produção agrícola tem sido aquém da esperada pelos produtores, que mesmo assim realizam investimentos crescentes em modelos tecnológicos de produção mais eficiente. Este quadro exacerba ainda mais a situação sistêmica de perda de renda e de perda da capacidade de adimplir com os compromissos assumidos em contratos de crédito rural.

Segundo o Plano Estratégico de Desenvolvimento da Agricultura (Pedeag) 2007-2025, no Espírito Santo, o agronegócio, ou seja, os negócios ligados à agricultura, respondem por cerca de 30% do PIB estadual, empregam milhares de famílias no meio rural e é o segmento econômico de maior expressão na maioria dos municípios capixabas. Sua importância socioeconômica, portanto, é inquestionável para o maior equilíbrio interregional de renda, emprego e condições de vida no Espírito Santo. É a mais expressiva atividade econômica para um grande número de municípios do interior capixaba. E a diminuição do PIB agropecuário causam impactos em todos os elos da cadeia produtiva, como a venda de adubos, defensivos, máquinas e equipamentos, serviços, comércio em geral, além de afetar, por óbvio, os consumidores.

Sala das Sessões, de novembro de 2017

Deputado Evair Vieira de Melo (PV/ES)

Deputado Lelo Coimbra (PMDB/ES)

Deputado Dorivaldo Silva (PSDB/MG)

Dep Ronaldo Benedit
PMDB 60

Alberto Fraga
DEM 29

SILVIO TORRES

Dep Julio Delgado

Dep Evair Vieira de Melo
Dep Lelo Coimbra
Dep Dorivaldo Silva
Dep Ronaldo Benedit
Dep Alberto Fraga
Dep Julio Delgado